

REPENSANDO O PODER EM MICHEL FOUCAULT: UMA ANÁLISE À LUZ DE DELEUZE

Data de submissão: 15/12/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Maria Luza Chianca Tavares Barbosa

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - PB

<https://orcid.org/0000-0003-0935-5652>

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise didática do conceito de poder para Michel Foucault, explorando a desconstrução realizada por Gilles Deleuze (2005). A abordagem busca ilustrar como a teoria foucaultiana apresenta contrapontos à perspectiva tradicional marxista em relação o poder. Além disso, propomos a reflexão sobre como o poder é concebido, exercido e resistido nas dinâmicas sociais contemporâneas. A compreensão resultante revela uma polivalência tática nos discursos, evidenciando a complexidade das interações e sua influência nas estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

**RETHINKING POWER IN MICHEL
FOUCAULT: AN ANALYSIS IN THE
LIGHT OF DELEUZE**

ABSTRACT: This work proposes a didactic

analysis of the concept of power in Michel Foucault, exploring the deconstruction carried out by Gilles Deleuze (2005). The approach seeks to illustrate how Foucaultian theory presents counterpoints to the traditional Marxist perspective on power. In addition, we propose reflection on how power is conceived, exercised, and resisted in contemporary social dynamics. The resulting understanding reveals a tactical versatility in discourses, highlighting the complexity of interactions and their influence on power structures.

KEYWORDS: Power. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

Michel Foucault, apesar de ser vastamente conhecido como o “filósofo do poder”, alega que o objetivo de suas pesquisas, na verdade, era de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Para o autor, o poder não está relacionado a uma teoria da ciência política. O que ele busca de fato é entender o funcionamento, a ação e os efeitos do poder. Em sua discussão, ele propõe uma

forma de pensar que produzirá um deslocamento em relação a formas tradicionais, trazendo para os estudos da objetivação do sujeito a necessidade de se entender as dimensões de uma definição de poder.

O poder, de acordo com o autor, não deve ser analisado como se fosse um conceito ou uma substância que se detém ou que se pode ceder. Em vez disso, deve ser entendido como algo que se exerce por meio de uma série de práticas e estratégias relacionadas aos mais diversos interesses. Ademais, é crucial considerar que, para Foucault, o poder é onipresente; isto é:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 1999, p.88).

Estamos, então, falando de um poder que surge a cada momento e em todos os momentos, não concentrado em instituições, mas presente nas mais diversas esferas da sociedade. Funciona como uma rede penetrante que atravessa e perpassa a todos, produzindo subjetividades. Mesmo quando algumas relações parecem mais evidentes, especialmente aquelas em que um “detém um poder” e o outro “obedece”, estamos inseridos nessa força, inclusive quando produzimos saberes. O saber está intrinsecamente relacionado ao poder, uma vez que o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir, simultaneamente, um discurso de saber que os objetiva e permite uma subjetivação. Conforme Revel (2005) destaca, as relações entre poder/saber caminham paralelamente, envolvendo uma análise que não apenas examina como os indivíduos tornam-se sujeitos de poder, mas também como é exigido que os sujeitos produzam discursos sobre si.

Considerando isso, Foucault destaca a importância de **romper com a perspectiva tradicional que concebe o poder apenas como um mecanismo de controle**. Embora seja inegável que o poder exerça repressão em diversos momentos, para Foucault, sua essência vai além desse entendimento restritivo. O ponto crucial para ele é ressaltar que o poder não apenas controla, mas também produz. Como afirma Foucault (1989, p.133), “o poder, longe de impedir o saber, o produz”. Ele é um gerador de desejos, crenças, moral, virtudes, sentimentos e uma série de elementos que aparentam fazer parte da natureza humana, inclusive aqueles que parecem desvinculados dessas relações. Isso implica que o poder não está presente somente nas relações que oprimem e limitam os sujeitos, mas também nas que são consideradas positivas para eles. Ademais, o poder está intrinsecamente entrelaçado entre práticas, saberes, instituições e aparelhos, não se limitando a uma estrutura específica.

Deleuze (2005), ao empregar obras fundamentais nas teorias foucaultianas, propõe uma análise do modo como Foucault desenvolve suas reflexões sobre o saber, o poder e os processos de subjetivação. Especificamente em relação ao poder, o autor empreende

uma **desconstrução de certos postulados que caracterizam a posição tradicional da esquerda marxista**. Nesse contexto, Deleuze ilustra como a teoria foucaultiana apresenta contrapontos a essa perspectiva consolidada.

O postulado inicial refere-se à **propriedade**. Nesse ponto, questiona-se a ideia de poder exercido verticalmente, emanando da classe dominante para atingir a classe dominada, uma vez que se compreende que o poder não é a propriedade exclusiva de uma classe específica. Consequentemente, não é possível possuir, adquirir ou perder o poder. Pelo contrário, ele é concebido como uma estratégia que se manifesta e circula entre classes, sujeitos e instituições. Isso não implica, contudo, em negar a existência das classes e de suas lutas, mas sim em submeter à análise os procedimentos e a transitoriedade das relações de força, conforme destacado por Deleuze (2005).

O segundo postulado refere-se à **localidade**. De acordo com Foucault (1995), o poder não está confinado apenas ao Estado, mas está presente em todas as relações microfísicas que permeiam a sociedade. Trata-se de um poder não localizável, pois não possui um centro fixo, mas é difundido: o poder não é tangível o suficiente para determinarmos com precisão onde se encontra, embora seja mais visível em algumas instâncias. Dessa forma, seguindo a perspectiva de Foucault (1995), concebemos o poder como um conjunto de relações que atravessam todo o corpo social, não sendo exclusivamente derivado do Estado, embora tradicionalmente seja abordado a partir dessa ótica. O poder é reconhecido como uma dimensão constitutiva de nossa realidade.

Não acredito que devêssemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que se desenvolveu acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos (Foucault, 1995, p. 237).

Dessa forma, o poder não é gerado apenas pela atividade de um sujeito, por uma instituição ou pelo Estado em si; o sujeito é resultado das relações intrínsecas entre o poder/saber, que constituem e determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. O poder não é uma propriedade, mas sim uma estratégia. Não há alguém ou algo que detenha o poder; o que existem são relações de poder nas quais as pessoas estão inseridas, embora esses poderes também possam ser hierarquizados. O caráter microfísico do poder, no sentido mais literal das palavras, confirma esse pensamento quando consideramos o “micro” como a ideia de que essas relações de poder emanam de todos os lugares, não apenas de figuras que simbolizam concentração de poder. É necessária uma quantidade vasta em uma rede de várias pequenas relações de poder conectadas, diariamente, a cada segundo, para que algo maior exista. Já o caráter “físico” da expressão remete à ideia de que o poder não se insere apenas na base ideológica e mental, mas também na base física (corpos). As relações corporais estão repletas de poder, não apenas de crenças ou

racionalidades dos sujeitos.

Quanto ao terceiro postulado, o da **subordinação**, ele se preocupa com os modos de funcionamento do poder: como ele opera, como se efetiva e de que maneira sutil e, muitas vezes, quase invisível, ele se manifesta nas relações. Nesse sentido, não há uma submissão do poder aos modos de produção, como proposto pelo marxismo. Essa nova análise não se concentra nas intenções do poder, pois se compreende que ele pode ser exercido inconscientemente. O poder permeia toda a sociedade e, em cada conexão estabelecida, assim como em cada prática que exerce, tem um papel de produção, não de subordinação. É por isso que não existe relação de poder que não tenha como efeito a produção de saberes, assim como não há um saber livre das relações de poder, pois saber e poder estão diretamente implicados (Deleuze, 2005).

O processo de subjetivação dos indivíduos, isto é, a formação dos seres humanos como sujeitos históricos, é permeado por relações de poder: são processos de objetivação e não podem ser dissociados. O sujeito não possui uma universalidade; ele está enraizado em um contexto sociocultural e é um produto do conjunto de relações estabelecidas nesse ambiente (Foucault, 1995). Nesse contexto, escolhemos como foco de análise um conjunto de relações que os indivíduos estabelecem entre si (o poder que um exerce sobre os outros), em vez de considerar o poder como uma dualidade entre oprimidos e opressores (relações assimétricas onde um detém o poder e o outro não). A genealogia do poder, para Foucault, está intrinsecamente ligada a uma história da subjetividade que retrocede para examinar as modalidades de seu exercício: isso significa que o poder é inerente à emergência histórica de “seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada” (Revel, 2005, p.67).

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 1989, p. 183).

Dessa forma, o poder não pode disciplinar os indivíduos sem, simultaneamente, gerar um discurso de saber que os objetiva e possibilita a experiência da subjetivação. Conforme Revel (2005), as relações entre poder/saber ocorrem de maneira paralela, caracterizando-se por uma análise que não se restringe apenas a examinar como os indivíduos se tornam sujeitos de poder, mas também considera a exigência de que os sujeitos produzam discursos sobre si mesmos.

No postulado da **essência**, observamos uma crítica à retórica marxista, que não abarca todas as instâncias do poder. Nesse contexto, é imperativo pensar em um poder

que investe e atravessa todas as esferas da vida social; em outras palavras, não há sujeitos isentos do poder. Embora possam ser objetos de ação do poder, também têm a capacidade de exercê-lo. Dessa maneira, não existe uma essência do poder que coloque um lado como “dominante” e o outro como “dominado”. Além disso, não podemos atribuí-lo exclusivamente a uma classe, pois o poder é um conjunto de relações de força que permeia toda a sociedade, desde as classes dominantes até as classes dominadas. Deleuze (2005) nos convida à reflexão, sugerindo que, para Foucault, é essencial iniciar uma investigação sobre o poder compreendendo como ele opera em suas extremidades, nas áreas mais visíveis. Ao descrever e analisar os processos históricos de construção e fortalecimento de novos poderes, Foucault (1989) delinea as características das instituições e Estados modernos. Uma das conclusões fundamentais de sua pesquisa genealógica é que o poder tem uma dimensão capilarizada, não estando necessariamente concentrado em uma instância institucional como o Estado, mas sim permeando todos os “poros” do corpo social.

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (Foucault, 1995, p.131).

Pensar o poder a partir das relações microfísicas implica entender que ele não está situado apenas no Estado e nas instituições; ao contrário, requer a investigação das relações de força e dos dispositivos de poder que as instituem como tais. No quinto lugar, surge o postulado da **modalidade**. Enquanto para a esquerda tradicional o poder é frequentemente reduzido à dualidade “ideologia ou violência”, Foucault, em sua fase genealógica, rejeita essa ideia, afirmando que o poder é um conjunto de relações de força que não se manifesta necessariamente de maneira repressora sobre os corpos. Antes de oprimir, o poder produz os sujeitos, os desejos e a própria realidade.

O sexto postulado, o da **legalidade**, apresenta uma reflexão profunda, segundo Deleuze (2005). Ele destaca a ideia de Foucault de que “a lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar” (Deleuze, 2005, p. 39). Neste postulado, exclui-se a oposição entre lei e ilegalidade, propondo uma correlação entre os dois. Assim, a lei é concebida como uma gestão de ilegalismos, permitindo que alguns funcionem como privilégio, tolerando outros como forma de equidade para grupos oprimidos e, em seguida, proibindo outros.

Alvim (2011) introduz um sétimo postulado, o da **resistência**, enfatizando a ideia de que, para Foucault, onde há poder, há resistência. Foucault (1987) advoga por uma noção de resistência que envolve lutas, instabilidades, conflitos e inversões, impedindo a univocidade das relações de poder. Desse modo, a resistência percorre essa vasta rede de poderes.

As resistências funcionam como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. Podem provocar

levantes radicais, rupturas profundas, mas é mais comum serem pontos transitórios e móveis, precários e, ao mesmo tempo, constantes. (Alvim, 2011, p. 39).

Para Alvim (2011), a resistência também se manifesta nessa multiplicidade de redes e relações. Assim como o poder não se configura como um sistema geral de dominação exercido por um grupo específico, também não há um único local de recusa; em outras palavras, a resistência percorre essa pluralidade que atravessa todo o corpo social. “Acontecimentos possíveis, improváveis, espontâneos, planejados, violentos, irreconciliáveis, mas que, de qualquer forma, só podem se dar no campo estratégico das próprias relações de poder” (Alvim, 2011, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, o poder se configura como um conjunto de relações de forças interligadas em constante confronto. O poder envolve confrontos contínuos, já que as problemáticas de toda a sociedade estão imersas na pluralidade de relações de força, não sendo estritamente reguladas por um poder do Estado. Isso abre espaço para a presença da resistência. É precisamente por isso que Foucault afirma que “onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999, p. 91).

Nesse sentido, assim como o poder opera em múltiplas redes dentro de uma estrutura social, a resistência também pode assumir múltiplas formas como uma atividade de força capaz de atravessar as relações, tendo a capacidade de ser improvável, espontânea ou planejada e, mesmo assim, interagindo com as outras forças.

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (Foucault, 1999, p. 91).

No trecho acima, da obra “História da Sexualidade” (1999), Foucault apresenta a resistência não apenas como uma força mediadora ou antagonista, mas como um movimento diverso e múltiplo, de caráter plural e inesperado, que só existe se estiver inserido no campo estratégico das relações de poder.

Diante disso, podemos refletir sobre como, nos últimos tempos, surgem lutas contra o processo de subjetivação: lutas que são “contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros” (Foucault, 1995, p. 235). A resistência pode ser vista como uma aliada inseparável das relações de poder, pois “tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações” (Revel, 2005, p. 74). Uma forma de reagir ao poder é, portanto, criar novas configurações de poder.

Conforme Deleuze (2005), a subjetividade pode ser compreendida como a

maneira pela qual os indivíduos ou seus coletivos se constituem como sujeitos. Apesar de serem subjetivados à medida que são atravessados pelas relações de poder, não são necessariamente passivos a essas formas de subjetivação. Em outras palavras, embora sejam reféns de uma objetivação histórica, estabelecem, por meio de mecanismos e dispositivos, suas “verdades”, deixando de ser apenas um “rebanho” que obedece aos saberes construídos, e assumindo o controle de sua própria identidade, resistindo aos processos de subjetivação.

No primeiro volume de “História da Sexualidade” (1999), Foucault esclarece que o poder “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa” (Foucault, 1999, p. 88). Nessa obra, ele observa o funcionamento do poder/saber, utilizando exemplos para retratar a aparição de discursos sobre a sexualidade na psiquiatria, na jurisprudência e na literatura do século XIX. Para Foucault, nesses discursos, está presente toda uma rede de poder/saber que envolve elementos designados por ele como “normalização”. Essa normalização indica os padrões que estruturam e definem o sentido social: são essas institucionalizações normativas que permitem a criação de padrões nos quais o sujeito pode ser categorizado. Foucault (1999) utiliza o exemplo da homossexualidade como uma categoria normativa “criada” em 1870.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (Foucault, 1999, p.42).

No surgimento de um diagnóstico sobre homossexualidade, estaria introduzida toda uma série de discursos sobre possíveis “espécies e subespécies”, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” que, conforme Foucault (1999), possibilitaram um avanço no aspecto do controle social, mas também permitiram novas formações de discursos “reversos”, ou seja, de resistências. Conforme Taylor (2018), esse poder normalizador que “constitui a pessoa homossexual” como um objeto da psiquiatria também pode ter produzido um conceito de orgulho *gay* impensável anteriormente, que tempos depois ocasionou à despatologização da homossexualidade nos Estados Unidos, em 1973¹. Isto porque a homossexualidade começou a exigir que sua legitimidade fosse reconhecida “muitas vezes no vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (Foucault, 1999, p. 95).

Assim, no funcionamento do poder/saber, existe uma resistência expressa através dos discursos reversos comentados anteriormente, mas esta resistência, por sua vez, pode

1 “Dois meses depois da expulsão de Beth Elliot da Conferência Lésbica Feminista, feministas radicais também reproduziram o mesmo discurso transfóbico na parada do *Christopher Street Liberation Day* (Dia de Libertação na Rua Christopher), no último dia da *Gay Pride Week* (Semana do Orgulho Gay). Essa era a rua onde se situa o bar *Stonewall*. A Parada Gay de 1973 foi financiada por alguns bares LGBTQs da região e foi bem maior que nos anos anteriores.” *A Parada Gay de Nova York, 1973 e a resposta de Sylvia Rivera*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/09/a-parada-gay-de-nova-york-1973-e-a-resposta-de-sylvia-rivera/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ela mesma sofrer uma inversão estratégica: a psiquiatria, por exemplo, encontra uma nova maneira de patologizar a sexualidade, caracterizada pelo diagnóstico de *Transtorno de Identidade de Gênero* (TIG), em 1990², o que irá torná-la, novamente, objeto de intervenção psicológica. Ou seja, a própria resistência a um poder pode funcionar, ela mesma, em outro momento, como expressão do poder, uma vez que, nesse novo diagnóstico dado pela psiquiatria, temos uma nova forma de verdade, que rotula pessoas tanto clínica quanto socialmente (Taylor, 2018).

Assim como Foucault (1999) argumentou em relação à homossexualidade, onde o diagnóstico introduziu uma série de discursos que, por um lado, aumentaram o controle social, mas também possibilitaram o surgimento de discursos de resistência, a transição capilar também desafia normas estéticas preestabelecidas. Afinal, conforme veremos ao longo deste trabalho, as pessoas que adotam a transição buscam a aceitação de sua identidade capilar e étnica usando o próprio conceito de beleza e estética que historicamente marginalizou cabelos afrodescendentes. Este movimento pode ser visto como uma resposta à imposição de padrões de cabelo eurocêntricos, que também é perpassado pelas relações de poder/saber.

No entanto, assim como discutido no caso da patologização da homossexualidade, é importante notar que a resistência em relação aos padrões estéticos de cabelo não está isenta de desafios. A própria indústria da beleza pode, em certos momentos, apropriar-se da resistência, transformando-a em novas formas de poder. Isso será exemplificado pelo surgimento de novos discursos, que agora expressam a importância de uma “liberdade capilar”.

Portanto, à semelhança do que Foucault (1999) destaca em suas análises sobre a homossexualidade, é crucial manter um olhar crítico sobre como o movimento de resistência pode se transformar e, potencialmente, ser reapropriado, tornando-se uma expressão do próprio poder em outro momento. Essa dinâmica complexa ilustra como as relações entre poder, resistência e saber estão em constante evolução, moldadas pelas mudanças na sociedade e pelas estruturas de poder.

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas (Foucault, 1999, p. 95).

Para Foucault (1999), não se trata de questionar aos discursos que constituem a sexualidade de quais teorias implícitas derivam, ou quais divisões morais introduzem, ou

2 O Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) foi inserido em 17 de maio de 1990 e colocava a homossexualidade na lista de doenças mentais. Em 2018, 20 anos depois, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou durante lançamento da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11), a retirada dos transtornos de identidade de gênero do capítulo de doenças mentais. Com a mudança, o termo passa a ser chamado de incongruência de gênero. *OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental*. Disponível em: <https://unaids.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/> Acesso em: 8 fev. 2023.

a qual ideologia (dominante ou dominada) pertencem. Cabe, pelo contrário, questioná-los nos seus níveis de produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e em sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças tornam necessárias sua utilização em um determinado momento).

Nesse ínterim, o autor reflete sobre uma determinada regra da polivalência tática dos discursos, na qual os discursos não são apenas mecanismos de poder, pois neles se articulam saber e poder. Através desse pensamento, os discursos começam a ser considerados polivalentes em relação às suas táticas: eles podem ser, simultaneamente, instrumentos e efeitos de poder ou de resistência. As resistências, assim como o poder, são móveis, produtivas, estão em todo lugar e se distribuem estrategicamente. Elas também podem, no que lhes concerne, fundar relações novas de poder, tanto quanto essas novas relações podem, inversamente, provocar a emergência de novas formas de resistência (Revel, 2005).

REFERÊNCIAS

ALVIM, Davis Moreira. **Foucault e Deleuze**: deserções, micropolíticas, resistências. 2011. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, PUC/SP, São Paulo, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e. J. A. Guilhon Albuquerque. 13. a. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999.